

Nota Técnica

Nº1 07/03/2023

A condição artesã no Nordeste: Vozes dos coletivos (Associações, Cooperativas e Grupos)

Coordenação do projeto: Diogo Henrique Helal (Fundaj/UFPE) e Marcio Sá (UFPB)

Redação e revisão: Maria Vitória Nazário (UFPB), Marcio Sá e Diogo Helal

Entrevistadores: Antônio Barbosa da Silva Neto, Erika da Costa Rabay, Gabriel Almeida Garcias, Igor Alfredo Pereira da Silva, Maria Victória Aguiar da Silva, Maria Vitoria Leite Nazário e Rodrigo Marinho Alexandre. (Todos então graduandos em Ciências Sociais na UFPB).

A condição artesã no Nordeste: Vozes dos coletivos (Associações, Cooperativas e Grupos)

Esta nota técnica tem origem no “Projeto Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro: Diagnóstico e Planejamento Estratégico”, que teve “como propósito a elaboração do primeiro diagnóstico do artesanato brasileiro que permita identificar os problemas que afetam o segmento, bem como estruturar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da legislação federal em vigor destinadas ao desenvolvimento do setor artesanal” e coordenação nacional da equipe de estudos e pesquisa de Carlos Henrique Rezende Falci (UFMG) e Laura de Souza Cota C. Silva Pinto (UFMG)¹.

A coordenação da equipe Nordeste ficou ao cargo dos professores Diogo Helal (Fundaj/UFPE) e Marcio Sá (UFPB). Na primeira etapa de nossa participação no referido projeto, de setembro de 2021 a fevereiro de 2022, uma equipe formada por 13 estudantes da UFPE e da UFPB realizou entrevistas com três públicos específicos: (1) os gestores estaduais do Programa Artesanato Brasileiro (PAB); (2) os gestores do Sebrae responsáveis pela atuação da instituição neste segmento nos estados nordestinos; (3) os dirigentes estaduais das duas principais confederações do setor, a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS) e a Confederação Brasileira dos Artesãos (CONART).

Em paralelo a tais entrevistas, um conjunto de dados secundários foi reunido, sistematizado e analisado pela equipe². O conjunto deste material empírico segue sendo analisado no âmbito do projeto de pesquisa “Artesanato no Nordeste hoje: Políticas públicas, gestão e condição artesã”, que conta com financiamento do CNPq, da Fundaj e com uma equipe de professores e pesquisadores de outras instituições nordestinas (UFPE, UFAL, UFCA e IFRN).

A segunda etapa de nossa atuação no referido projeto, de março a agosto de 2022, foi guiada pelo anseio de melhor compreender a condição artesã na região. Identificar as entidades da sociedade civil (inicialmente associações e cooperativas, porém os grupos não formalizados se mostraram relevantes aos nossos interesses ao longo da identificação dos coletivos de artesãos e em razão disso foram também aqui contemplados) atuantes nos estados nordestinos e suas lideranças formais se mostrou caminho viável tanto para contornar nossas limitações de recursos quanto o contexto de pandemia ainda vigente à época.

¹ Conforme consta no site institucional da Rede Artesanato Brasil, <https://redeartesanatobrasil.com.br/institucional/o-projeto/>, “a demanda do Projeto se originou no Programa de Artesanato Brasileiro do Ministério da Economia, ainda em 2019; ao longo de 2020, a proposta foi elaborada em parceria entre o PAB e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e a primeira etapa, iniciada em 2021, mapeou os problemas e necessidades do setor, incluindo os impactos da pandemia da Covid-19 no segmento artesanal”.

² Tal levantamento está disponível no texto para discussão “O perfil da atividade artesã nos estados da região Nordeste do Brasil”, disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD>.

Os procedimentos adotados foram os seguintes, primeiro identificamos pela internet as entidades que dispunham de informações e/ou contatos disponíveis na rede; segundo, a equipe fez um primeiro contato com cada uma das associações, grupos e cooperativas identificadas apresentando o projeto e perguntando se um dos seus dirigentes teria disponibilidade e interesse em participar de uma entrevista via whatsapp; terceiro, elaboramos uma lista com as entidades que responderam positivamente nossa consulta inicial; e, por fim, elaboramos um roteiro com as seguintes questões:

1. Como surgiu a necessidade de criar uma associação/cooperativa de artesãos? Como surgiu essa da qual o Sr. ou a Sra. faz parte?
2. Há quantos anos existe a sua associação/cooperativa? E a quanto tempo o Sr. ou a Sra. Faz parte dela?
3. Qual o número de associados?
4. Como a associação/cooperativa é organizada? Como funciona? Quais cargos tem? Como são tomadas suas decisões?
5. Com quais tipos de artesanato trabalham seus associados? (solicitar fotos das principais peças)
6. Quais são as principais atividades da sua associação/cooperativa? Como ela contribui para a produção e para a comercialização de artesanato?
7. Existe uma relação entre a associação/cooperativa e alguma instituição, por exemplo, PAB ou SEBRAE? Se sim, como é essa relação?
8. Algum mestre artesão faz parte da associação/cooperativa? Caso sim, qual(is)?
9. A associação/cooperativa está inserida em alguma comunidade artesã? Caso sim, qual? E como se dá tal inserção?
10. O Sr. ou a Sra. sabe dizer se o artesanato é a principal fonte de renda dos artesãos que fazem parte da comunidade? Caso sim, qual seria uma estimativa de média de ganho mensal em reais? Caso não, qual seria a outra e principal fonte de renda?
11. O que é artesanato para o Sr. ou a Sra.? Por que o Sr. ou a Sra. acha que as pessoas ainda fazem artesanato em tempo de modernidades? E por que outras compram?
12. Como o Sr. ou a Sra. acha que o artesanato é visto aqui no Nordeste? Enfim, como o Sr. ou a Sra. acha que as pessoas enxergam o artesanato?
13. O que o Sr. ou a Sra. acha que os governos (municipal, estadual e federal) poderiam fazer para a sobrevivência e para o desenvolvimento da atividade e não fazem?
14. O Sr. ou a Sra. estaria disponível para caso seja necessário um aprofundamento desta entrevista? Caso sim, por qual meio de comunicação?
15. O Sr. ou a Sra. autoriza a divulgação desta entrevista no relatório final do projeto?

Das 230 entidades identificadas via internet, foram realizadas 76 entrevistas conforme indicado na tabela abaixo. Dentre elas, 50 associações, 8 cooperativas, 17 grupos e 1 comitê regional de associações.

Tabela única: Mapeamento das Associações e Cooperativas do Nordeste

Estado	Total de identificadas	Total de entrevistadas
Maranhão	19	5
Piauí	12	4
Ceará	20	13
Rio Grande do Norte	25	21
Paraíba	25	11
Pernambuco	13	6
Alagoas	21	8
Sergipe	34	4
Bahia	61	4
Total	230	76

Aos entrevistados foi possibilitado responder as perguntas via whatsapp oralmente (via envio de arquivo de áudio) ou por escrito. Tais respostas gravadas foram transcritas pela equipe e geraram 77 fichas com perguntas e respostas, uma para cada entidade entrevistada conforme lista em anexo.

A análise temática das respostas ofertadas pelos entrevistados deu origem aos seis temas seguintes que constituem o escopo desta nota técnica.

1. O artesanato como renda complementar

O que nos dizem os artesãos entrevistados sobre a condição do artesanato como renda complementar? Os depoimentos colhidos indicam que o artesanato não é a principal fonte de renda para maioria dos artesãos que fazem parte das associações, cooperativas e grupos, trata-se apenas de uma renda complementar. Muitos possuem outra fonte de renda, tendo como principal destaque a agricultura, uma aposentadoria ou mesmo o recebimento de auxílios de programas do Governo Federal. É entendimento recorrente que precisam de outra renda fixa além do artesanato para sobreviver. Como afirma a artesã e presidente da associação Mãos que Criam do Rio Grande do Norte, quando questionada se o artesanato é a principal fonte de renda dos artesãos que fazem parte da comunidade, diz a entrevistada:

“Não, porque muitas já são aposentadas, mas tem um senhor que está desempregado, não vou dizer que é a fonte de renda dele porque não é suficiente para a sustentabilidade dele. Verônica também é desempregada, mas tem o marido que trabalha. Então, não é, se fosse a gente não sobreviveria, porque nossas vendas não são boas. Para você ter uma ideia, esses cinco dias que nós passamos no centro de

convenções, não chegamos a vender nem oitocentos reais, acho que se chegou a seiscentos foi muito. Eu mesma só vendi cento e setenta e cinco reais, falta somar o dos outros. Então, se a gente fosse viver disso já tinha morrido faz tempo de fome, mas vou lhe dizer também que eu já vivi um tempo que eu só tinha o que vendia de artesanato”.

Também é possível observar no relato do coordenador da Associação dos Artesãos da Bahia (ADABA) a mesma dificuldade enfrentada pelos artesãos de sobreviverem apenas com a renda do artesanato, como cita o coordenador:

“Olha hoje, infelizmente poucos sobrevivem do que fazem. É uma realidade completamente oposta. Primeiro, antes se trabalhava, se tinha um produto que se fazia e você não tinha concorrência das indústrias. Hoje a indústria copia uma peça, seja renda, seja várias outras coisas e aí é uma concorrência muito desleal. Aí já gera uma dificuldade. Muitos trabalham na agricultura, outras tem trabalho e dividem uma coisa com outra. Poucos, muito poucos aqui tem uma renda especificamente só do artesanato”.

Para muitos, o artesanato enquanto complementação de renda não chega a gerar, na média, um salário-mínimo mensal, mas mesmo assim possui papel fundamental na vida dos artesãos que, em grande parte, possuem renda baixa. Essa questão evidencia-se, principalmente, através da fala da artesã e sócia da Associação das Rendeiras dos Morros da Mariana-PI:

“Pra tu sobreviver da renda, não dá, porque é um serviço muito devagar, entendeu? Então não tem como dizer assim: eu vou sobreviver da renda. Não tem condição, não. Então assim, a gente faz renda mesmo primeiro porque gosta, né? Eu amo fazer renda. E porque ganha um dinheirinho extra. Pro extra dá”.

Outro exemplo pode ser observado na Paraíba, a mestre e presidente da Associação das Artesãs Rurais de Serra Rajada aponta como se dá a relação do trabalho com o artesanato e outras atividades para suas fontes de renda, citando a diferença do ganho com o artesanato no passado e atualmente. Segundo Terezinha Matias:

“Aqui as pessoas têm uma complementação, porque o artesanato não dá para sobreviver, devido à venda que eu tô te falando. Já houve tempos atrás que tirava até um salário mínimo para cada artesão. Não agora, é uma complementação, cada uma tem sua atividade em casa de fazer um labirinto, mas também vive da agricultura, outras já são aposentadas, mas mesmo assim, como o salário do

aposentadoria rural é muito pouco, as pessoas não tem opção, tem que fazer o artesanato. Tem uma complementação, mas a renda média se fosse hoje o mesmo como era antes, seria em média de meio salário mínimo”.

Ainda de acordo com Maria Natalia, presidente da Associação da Renda Irlandesa Artes e Talentos de Marium, do estado de Sergipe:

“A gente quando vende recebe para comprar alguma outra coisa que vem para dentro de casa, mas para se alimentar, uma pessoa não vive de renda não, pelo menos aqui no município todas nós temos uma outra fonte e a palavra correta é a complementação do que a gente ganha que é muito pouco”.

Mais adiante, é perceptível nas entrevistas um apontamento de uma variação de ganho mensal entre as entidades com algumas diferenças. Em alguns dos depoimentos, a estimativa média de ganho mensal em reais seria entre duzentos e trezentos reais, outras de quinhentos a mil e duzentos reais, variações que dependem dos caminhos e modos de comercialização. Assim como a Presidente da Associação das Produtoras de Artes de Zabelê, Paraíba, afirma:

“A renda Renascença aqui no município não é uma fonte de renda, é uma fonte de complemento de renda, e não é uma fonte de renda para o artesão sobreviver. Tem rendeiras que fazem em média duzentos e cinquenta a trezentos reais se elas tecem 5ovelos de linha por mês. Dependendo, a rendeira que trabalha mais, ganha mais, a que trabalha menos, ganha menos de duzentos reais”.

Entretanto, alguns entrevistados declararam obter renda um pouco maior, podendo chegar a um salário-mínimo. A Mestre Marlene, presidente da associação Associação dos Artesãos de Monteiro (RENASCI), no estado da Paraíba, aponta que:

“Então, a maioria são pessoas de idade, que já tem sua renda, é só um complemento para viver, eu não, eu batalho mesmo, não só eu, mas outros, entendeu? Então, tem mês que a gente consegue mil reais, tem mês que consegue quinhentos reais, tem mês que é mil e duzentos reais, depende muito. Nós não temos uma renda fixa, temos renda construtiva, sempre vamos ter um mês uma renda melhor, outra fraca, outro mês não temos, porque não vendemos. Então, isso é dessa forma que funciona”.

Logo, percebe-se que a renda do artesanato varia muito em função da produção e, essencialmente, da comercialização das peças. Existem associações, cooperativas e grupos que

conseguem constatar rendas maiores para os artesãos maiores que outras, isso em razão de fatores como as tipologias. Estas, por exemplo, influenciam no ganho para cada artesão ou associação. A sazonalidade é outro aspecto relevante neste quesito, variando entre as regiões, em função das datas comemorativas de maior impacto na comercialização, gerando oscilações nas vendas dos produtos. O turismo é outro fator que influencia, uma vez que, como apontado pelos artesãos, parte significativa da comercialização se dá diretamente para turistas.

2. A questão do apoio público

Os trechos dos depoimentos dos artesãos referentes ao apoio público ao artesanato constituem este tópico. Isto é, o que dizem sobre as ações dos governos (municipal, estadual e federal), que poderiam, na opinião dos entrevistados, ser melhor direcionadas para a sobrevivência e para o desenvolvimento da atividade. Ainda que tenha sido possível observar particularidades nas respostas, parte significativa dos entrevistados de diferentes estados demonstraram tanto similaridades de percepção e de anseios quanto preocupações e necessidades recorrentes.

Em termos gerais, é possível dizer que o funcionamento das ações governamentais e sua efetividade no suporte e desenvolvimento do artesanato não são diretamente percebidas pelos artesãos. Segundo o presidente da Associação de Artesãos de Curral Grande (ARTFIL), estado do Ceará, não há integração das ações do poder público e as reais necessidades dos artesãos:

“A grande dificuldade do gestor, que é o municipal, o estadual e o federal, é eles passarem a conhecer esse trabalho conosco, com os próprios artesãos. Porque normalmente, as ações de gestão, elas vêm de cima para baixo, elas não nos atendem porque são ações que não escutam as nossas necessidades, as nossas carências”.

Reclamação como a acima recuperada surge em parte considerável nos depoimentos dos artesãos. Os dirigentes responsáveis pelas associações, cooperativas e grupos também expressam anseio de maior divulgação do artesanato, principalmente por meio de ações do governo, como iniciativa importante ao seu desenvolvimento. Quando questionada a respeito das ações do poder público que deveriam ser feitas neste sentido, a presidente Jeane Ferreira, da Associação dos Artesãos de Massaranduba (ARTMAR), no Rio Grande do Norte, relata a importância de se reforçar as iniciativas de coletividades em detrimento do individualismo:

“Valorizar grupos. Essa questão do individualismo não fortalece. Logo, é valorizar os grupos como eles são, é uma associação, valorize essa associação e dê condições para ela avançar e crescer, o mesmo para as cooperativas. . Temos visto umas políticas que querem transformar os grupos, como,

uma associação, em um empreendedor individual, uma política esfacelada que as pessoas têm dificuldade de acessar. Não é a política de empreendedorismo que a gente precisa, é uma política que dê condições de discussão, de exportação de produtos... Precisamos de políticos, sejam do município até o nível nacional, que defendam o segmento do artesanato como uma política de estado com melhoria de sobrevivência para as pessoas, porque tem inclusão social, tem toda uma história, precisamos de políticas de benefícios para esses grupos”.

No depoimento acima evidencia-se a crítica às tentativas de implementação de diretrizes do empreendedorismo entre os grupos de artesãos, as quais, segundo a entrevistada, não levam à valorização dos grupos. Nesse mesmo sentido, encontra-se o depoimento da vice-presidente da Associação dos Artesãos da Rainha da Borborema (ARTEB) da Paraíba, Carleza Rodrigues. Segundo a artesã:

“Eu acho que eles deveriam incentivar mais, tá certo? Porque, eles botam o Sebrae, o Sebrae é muito pelo privado, pelo empreendedor, aí o artesão termina desviando um pouco, aí ele acha que ao invés de ser artesanato deve abrir uma empresa, e começa com essas coisas. Eu acho que deveria ter mais um investimento da parte dos governos”.

Tais alegações associam a carência de incentivo do governo e ações que beneficiem os artesãos diretamente a uma política de melhoria de vida para o público artesão. A carência de espaços para comercialização e de acesso às feiras intermunicipais e interestaduais são os principais problemas citados e os quais os artesãos sentem maiores dificuldades de enfrentamento, já que a participação em eventos e feiras significam custos financeiros com os quais grande parte dos artesãos não consegue arcar. Neste sentido, a falta de apoio em transporte, hospedagem e espaços pelos governos se apresentam como principal entrave indicados pelo público entrevistado ao desenvolvimento do artesanato e do artesão. Como afirma a artesã sócia, Alâni Fabiola, da Cooperativa de Produção Artesanal do Seridó, RN:

“Em primeiro lugar, a questão de feiras, onde comercializar, feiras livres de artesanato, feiras internas, grandes feiras como a gente tem: a Fiart em Natal, a feira em Belo Horizonte, uma feira em Brasília... A gente não recebe mais estímulos e nem incentivos para ir nessas feiras. Então, fica muito caro para o artesão pagar viagens, pagar as diárias, mesmo para uma cooperativa que vai levando mercadoria para todo mundo e rateia a despesa, fica inviável porque o lucro que se obtém ao vender as peças, muitas vezes não cobre as passagens e as diárias. Então, uma forma seria estímulos às feiras e à comercialização.”

Na visão dos entrevistados, é recorrente a necessidade de apoio público voltado para criação de espaços ligados à valorização, divulgação e de oportunidades de comercialização. Por exemplo, as lacunas de divulgação do artesanato se configuram como desafio para sua valorização e desenvolvimento. Nas palavras de Ivone Silva, presidente da Associação Solidária Maria Rita, do RN, é necessário:

“Que cada um dos órgãos, tanto estadual, municipal como federal, fizessem investimento na propaganda do artesanato. Com certeza ele melhoraria e daria muitas condições para o artesanato sobreviver, sem viver no apertado que ele vive agora, mas aí falta divulgação e falta incentivo. Eles não têm um projeto que seja diretamente para o artesão. Teve uma época que teve incentivo, a gente comprava matéria-prima com a carteira do artesão com 5% de desconto se fosse no dinheiro, em espécie, mas essa fase passou rapidinho.”

Embora os depoimentos também abordem outras questões, percebemos, novamente, uma ênfase dos artesãos em reivindicações por mais ações do governo, principalmente, no suporte para a comercialização, destacando o apoio em feiras. As entidades enxergam que os governos (municipal, estadual e federal) não possuem uma visão de reconhecimento, valorização e preocupação com o artesão. Neste quesito, a presidente Maria Wbiranilda, da Associação das Artesãs de Marechal Deodoro (AMUR), de Alagoas, coloca:

“Por exemplo, aqui na minha cidade nós não temos muito apoio, nós moramos no interior, nós não temos muito apoio e oportunidades de participar de feiras, um incentivo que viesse agregar valores para nós artesãos, porque muitas vezes a gente deixa de vender aqui no nosso município, muitas vezes aparece a oportunidade de viajar para participar de feiras, mas por falta de verba, de incentivo e tempo nós perdemos isso. E ajuda na matéria prima porque às vezes se a gente não vende a gente não consegue a matéria prima.”

Na Bahia, a sócia Daniela Lacerda, representante da Joias do Quilombo, aponta para o mesmo problema:

“Acho que deveriam nos ajudar em custos para participar de feiras e eventos, para divulgação dos nossos produtos e de qualquer forma isso também divulgaria nosso estado, nossa cidade”.

Não diferente dos estados anteriores, no Maranhão, a presidente Sandra Regina da Associação Buriti Arte afirma:

“Deveriam ajudar com transporte, alimentação e até hospedagem para que os artesãos pudessem participar de feiras fora dos seus estados, e às vezes sai bem caro, compensa, as vendas são muito boas, tem a Fenearte, que é uma das maiores feiras de artesanato, mas só que às vezes muitos artesãos não conseguem ir por conta do dinheiro mesmo, do custo que é muito alto”

Em Sergipe, o mesmo problema encontra-se na ausência desse maior apoio público. Acrescenta a vice-presidente da Associação da renda Irlandesa Artes e Talentos Maruim:

“Eles deveriam, no meu entender, no meu ponto de vista, abrir espaço para que a gente pudesse ter feiras livres, ir mais para as feiras livres vender, porque na nossa cidade a gente não vende um artesanato. Então, fazer uma divulgação, divulgar mais o artesanato, estar sempre divulgando, falando, ajudando o artesão de alguma forma, porque nós não temos esse incentivo, raras as vezes que a gente tem alguma coisa ligado ao município ou ao estado, é assim como eu falei no começo, quando a gente vai viajar para fora a gente tem que entrar num sorteio para ver quem pode viajar ou quem não pode, isso é um pouco difícil, todo artesão precisa fazer o seu trabalho e ele ser vendido”.

Também foi mencionada a necessidade da disponibilidade de recursos, através de editais públicos, para financiamento direto das atividades artesanais, além de projetos de lei de apoio financeiro, como há com a agricultura familiar, com a inclusão de empréstimo com juros baixos para que possam investir nas suas produções. Nesse quesito, entraria também ações voltadas para preservação do meio ambiente e de matéria-prima.

Boa parte dos artesãos anseiam por maiores melhorias em diversas áreas, na comercialização, em aspectos jurídicos, assim como nas políticas públicas, as quais são tão necessárias para o desenvolvimento do artesanato, mas que ainda, segundo os artesãos entrevistados, apresentam pouca efetividade. Urge, aos olhos dos entrevistados, a necessidade de um maior apoio público. Segundo as palavras da Maria Miguel, presidente e fundadora da Associação Comunitária de Mocotó, Ceará, é preciso:

“garantir a nós a sobrevivência contínua da nossa vida, do nosso trabalho, porque o artesanato é arte e é trabalho, é pão na mesa do pobre.”

3. As relações institucionais

Aqui estão reunidas as informações com potencial para melhor compreender a dinâmica relacional das associações/cooperativas/grupos e instituições, como PAB (enquanto Programa do Governo Federal com gestores estaduais) ou Sebrae.

De antemão, os depoimentos dos entrevistados indicam uma relação com o Sebrae ligado ao apoio em feiras, capacitação, palestras, MEI, certificação, cursos e design. Quanto ao PAB, as menções dos entrevistados indicam mais ênfase em participação de feiras e eventos, emissão de carteira do artesão e cadastro nacional.

A fala seguinte ajuda a ilustrar estes pontos. Ao ser indagada sobre a existência de relações entre a associação e alguma instituição, Daniela Lacerda, representante da associação Joias do Quilombo, na Bahia, afirma:

“Temos sim, com o Sebrae. A relação da gente com o Sebrae é que o Sebrae nos ajuda na participação das feiras, se precisar de algumas transcrições [no sentido de traduções] e a gente não conseguir fazer, eles também nos ajudam com exportação, caso a gente precise exportar alguns produtos e não consiga eles nos ajudam. Nos ajudam em certificação, capacitação, desenvolvimento de produtos e a participar de algumas feiras caso a gente tenha dificuldade de se inscrever”.

Primeiro, observamos que o Sebrae é descrito em parte significativa das entrevistas como uma instituição que oferta cursos, palestras, capacitações, que incentiva na área da comercialização, de gestão, vendas, precificação, orientações, desenvolvimento de coleções, parcerias ligadas ao turismo e editais. Contudo, muitas alegações em diferentes estados afirmam que ainda é uma instituição mais voltada para o microempreendedorismo. De acordo com Francisca Lima, representante da Associação das Bordadeiras de Currais Novos, RN:

“O Sebrae atua orientando os microempreendedores com cursos, palestras, sempre tem uma consultoria do Sebrae e sempre as meninas participam de alguns cursos do Sebrae, só que o Sebrae é diferente, ele é mais voltado para o MEI do que para as associações e cooperativas, mas não deixa de apoiar”.

Nesse mesmo sentido, declara Solange Rodrigues, da Associação de Tapeceiras de Lagoa do Carro, em Pernambuco:

“PAB, o programa de artesanato brasileiro e o Sebrae são instituições que apoiam o artesanato, cada um em viés diferente. O PAB de uma forma mais pública, sem cobrar contrapartidas. O Sebrae buscando que os artesãos se tornem MEI ou EI, a gente enquanto artesão ainda continuamos nessa discussão, como poderíamos ser beneficiados e como poderíamos ajudar também a nossa produção e o nosso país. Todas as artesãs da associação das tapeceiras tem SICAB, que é a carteira do PAB, mas a

gente ainda não se sente confortável para se tornar MEI, temos duas na associação que são MEI, mas nós gostaríamos sim de nos aposentar como artesã e não como uma empresária, já que todas ali estamos desde crianças trabalhando e lutando como artesã”.

Outro ponto que cabe destacar é que, apesar do Sebrae ser retratado em parte considerável das falas dos associados como uma instituição que possui uma orientação mais voltada para o MEI, paralelamente, a instituição também é mencionada como muito participativa. O Sebrae estava presente frequentemente nos depoimentos dos entrevistados com algum tipo de relação com as entidades. A fala de Sérgio Nascimento, presidente da Associação dos Artesãos de Penedo, AL, exemplifica bem esse ponto:

“Quanto ao Sebrae, é um dos nossos maiores parceiros que nós temos aqui dentro, não é somente com a relação associação ARTPEN, acho que pelo estado todos que têm associação ou que não têm, o Sebrae é muito participativo e nós temos esse grande apoio do Sebrae conosco aqui. Então, no sistema de qualificação, curso, parcerias e até mesmo para a gestão de feiras e outras coisas mais, então um grande parceiro é o Sebrae conosco”.

No que se refere ao PAB, é possível perceber por meio dos depoimentos dos entrevistados, relações das associações/cooperativas/grupos com a instituição direcionadas a emissão de carteira do artesão, cadastros e participação em feiras, como grandes feiras estaduais e interestaduais, assim como outros eventos. Contudo, observa-se significativa escassez de menções de relações com o PAB em alguns estados, por exemplo, na Bahia e no Piauí, há menção do PAB e algum tipo de relacionamento institucional apenas por um entrevistado de cada estado. As declarações dos representantes das entidades dos demais estados, por sua vez, evidenciam relações similares com o PAB. Conforme o fragmento a seguir de Maria Wbiranilda, da Associação das Artesãs de Marechal Deodoro (AMUR), AL:

“Com o PAB a gente tem uma relação porque lá que nós tiramos nossa identidade quanto artesanato, quanto artesão, que é a nossa carteirinha do artesão e também participamos de editais para participar de feiras, fora do estado ou até mesmo no estado.

Outro depoimento no mesmo sentido é o de Maria da Conceição, da Associação de Artesãos de Curral Grande, CE:

“Através da CeArt, que é o Centro do Artesanato do Ceará, nós cadastramos todas as artesãs que pertencem à associação. Então, todas elas são cadastradas no PAB, e até a própria ArtFio, como

pessoa jurídica, também tem o cadastro no PAB. Eu acho muito relevante a gente estar cadastrado no Programa do Artesanato Brasileiro, porque a gente pode estar tendo parceria de feiras através do PAB, em outros estados”.

Tais relatos ilustram e caracterizam os depoimentos de parte significativa dos entrevistados quanto à relação com o PAB. Os representantes ao serem indagados acerca da instituição remetem suas falas a emissão de carteiras e cadastros. Pode-se perceber também que as feiras são a principal aproximação entre as associações e o PAB, bem como ponto recorrente em todos os estados. De acordo com o depoimento de Maria Dionísia, presidente da Associação Mãos que Criam, RN:

“Temos aproximação sim. Esse boxe do Cecaaf tem a ver com o estado, né. Nós temos uma feirinha ao ar livre que é no centro administrativo e que tem a ver com o governo do estado. Então, nós temos essa aproximação e, muitas vezes, eu participo de feiras deles, como foi a do centro de convenções, cinco dias e eu estava lá e Hélio, o sócio, estava no Natal Original. Isso até quando eu comecei no artesanato, nós começamos pelo Proarte, depois tinha a Economia Solidária dos dois lados, ficou com aproximação nos dois, mas eu comecei pelo Proarte”.

Na Paraíba, por exemplo, a presidente Joselma Alves, da Associação Farol de Cabedelo, diz ter relação com o PAB, participar de feiras por meio do programa, *“e quando ele chama associação para participar de algum evento nós sempre estaremos presentes”.*

4. O protagonismo feminino

O protagonismo das mulheres artesãs foi identificado em todos os estados. Tal predominância se expressa, principalmente, a partir da composição das associações, cooperativas e grupos, parte delas são compostas apenas por mulheres ou contam, por vezes, com um número mais significativo delas no quadro de associados. Destaca-se, ainda, o número de mulheres entrevistadas como representante ou presidente das entidades, dentre 77 dirigentes de associações entrevistados, 71 são mulheres.

De acordo com os depoimentos, as mulheres artesãs buscam com o artesanato uma complementação de renda, para além do vínculo afetivo com o fazer artesanal. Assim, as declarações das entrevistadas indicam que a criação das associações/cooperativas/grupos se deu em busca de obtenção de tal renda para mulheres. Como descreve a presidente Antonia Pedro, da Associação de Mulheres do Conjunto de Santa Catarina, no Rio Grande do Norte:

“Nós fundamos essa associação com o intuito de a gente trabalhar, gerar renda, viu? Na comunidade é também uma terapia, tá entendendo? E não é só para a gente sair de casa, a associação é para a gente

trabalhar, gerar uma renda para a pessoa que precisa, então pessoas que vivem na informalidade, não têm emprego, e a maioria das pessoas vivem do artesanato”.

Na fala de Ana Paula, do grupo de bordadeiras do Projeto Bordados da Caatinga-PI:

“O projeto surgiu da necessidade de se gerar renda pra mulheres da caatinga, já que a maioria não possui emprego formal e necessita de benefícios do governo”.

Outros trechos, como o de Luzinete Ferreira, da Associação União de Mulheres de Monte Alegre-BA, merecem destaque:

“Aqui, pra mulher não tem trabalho a não ser um trabalho de roça, mesmo hoje em dia nem está tendo mais que nem tinha antigamente. Hoje a principal atividade pras mulheres ganhar algum dinheiro é na associação mesmo, é no artesanato. E tirando a renda do artesanato é mais o Bolsa Família, né? Que é esse programa do governo”.

Percebe-se, assim, que as mulheres buscam o artesanato e as associações como um meio de fonte de renda, além disso pela necessidade de maior visibilidade, alguns depoimentos indicam, por sua vez, uma desvalorização das artesãs e dos seus trabalhos. Como aponta Maria Margarida, do Grupo Flor do Barro, de Pernambuco:

“Tivemos a necessidade de criar um grupo de mulheres artesãs para termos mais visibilidade em nosso trabalho que [naquela localidade] sempre foi dominado pelos homens”.

Pelos depoimentos, observa-se que a formação de parte das entidades, nas quais há predominância feminina, decorreu de projetos, cursos e também de ações do Sebrae. Alguns exemplos disso podem ser vistos nos estados do Rio Grande do Norte, Maranhão e Paraíba, como ilustra Jeane Ferreira, da Associação dos Artesãos de Massaranduba-RN:

“A associação surgiu através do projeto de jovens e adultos chamado MOVA-Brasil do Governo Federal no ano de 2003. O objetivo do projeto, para além de alfabetização, era de geração de renda para a comunidade. Eu, como educadora popular, fundei a associação, sou a presidente fundadora. Assim, a associação surgiu com o objetivo de gerar renda para a comunidade, principalmente, para as mulheres”.

No Maranhão, Sandra Regina, da Associação Buriti Arte apresenta outro exemplo:

“A história da associação começou quando a ONG Visão Mundial se instalou na comunidade e após isso ela resolveu oferecer vários cursos para a comunidade, dentre eles estava o curso de artesanato e algumas mulheres da comunidade participaram desse curso, com o término do curso e a saída da comunidade, o designer Marcelo Medeiros, que trabalhava lecionando o curso, resolveu trabalhar de forma voluntária e ajudar as mulheres a confeccionar os produtos para poder vender, ele conseguiu a primeira exposição dela e aí foi desenvolvendo outros modelos de produto e aí foi que começou, começaram a participar de feiras, de exposições e algum tempo depois foi que veio a formalização da associação”.

5. A (des)valorização do ofício na região

No que se refere ao modo como os dirigentes das associações, cooperativas ou grupos avaliam que o artesanato seja visto no Nordeste e como as pessoas enxergam o artesanato, é possível identificar uma expressiva desvalorização do artesanato na região e nas cidades onde atuam. Nas palavras de Ivone Silva, presidente da Associação Solidária Maria Rita-RN, ainda não há reconhecimento do trabalho do artesão, aspecto que se intensifica ainda mais na sua região:

“Aqui no Nordeste em si, ele não é bem reconhecido. Em Natal ainda é pior, porque a gente já fez viagem para Petrolina e para Bahia, os valores do artesanato são bem diferentes, são valores melhores, eles são bem aceitos e aqui em Natal não. A gente faz, se a gente vende de um preço, outro chega e vende bem mais barato, que é para vender. Então, desvaloriza tanto o trabalho como a peça, mas se você sair para Recife, para Petrolina e Bahia, você já vai ver que é outra coisa”.

A desvalorização do artesanato da própria região é indicado em parte significativa dos depoimentos. Percebe-se a ocorrência de declarações direcionadas à falta de valor atribuídos às peças, mas que isso se torna diferente em relação ao artesanato de outros estados. Ana Paula, do Projeto Bordados da Caatinga-PI, afirma que:

“Sim, parece que valorizam mais em outros estados fora do Nordeste, justamente por lá não terem essas tradições e conseguirem enxergar a singularidade dessas artes, sendo que para as pessoas que moram aqui, por ser algo mais natural, normal, que já estão habituados, às vezes não conseguem enxergar o verdadeiro valor que possuem e só se dão conta quando aparece uma marca de fora, por exemplo, que desenvolve uma coleção e faz todo o marketing e consegue vender com o preço que as peças realmente valem e devem ser vendidas”.

Nesse sentido, há um número significativo de depoimentos que indicam a dificuldade de comercialização das peças por bons valores, afirmando a falta de reconhecimento das pessoas do trabalho do artesão. Assim, indicam uma diferença entre as pessoas da região e o próprio turista. O turista, como aquele que reconhece o valor do trabalho, que se encanta, não diminui o trabalho do artesão e paga o valor devido pela peça, enquanto que as pessoas do lugar não reconhecem e tentam barganhar ao máximo ou diminuir os valores das peças.

Segundo Maria Nathalia, da Associação da Renda Irlandesa Artes e Talentos Maruim-SE:

“Eles não dão devido valor assim como é merecido, mas para eles é muito bonito e tem as pessoas que conhecem o artesanato e valorizam e pagam pelo artesanato, que no nosso caso, se vier de fora comprar o nosso artesanato eles não se importam, mas tem alguma parcela maior que não entendem o nosso artesanato. Portanto, se achar um caríssimo se assombram, mas tem pessoas, os turistas, por exemplo, que não é daqui do Nordeste ou vem de alguma parte do Nordeste que não é daqui de Sergipe, eles vão pensar que o nosso artesanato está bem-feito, eles não querem saber do preço.”

Ainda nas palavras de Ana Lúcia, do Grupo de Mulheres de Igapó-RN:

“E como as pessoas enxergam também o artesanato aqui, tem gente que não dá valor ao artesanato, porque a gente faz uma peça, gasta tempo, dinheiro, material..., e quando a gente vai vender esse artesanato, as pessoas querem que a gente venda barato, e o artesanato não é barato para fazer, a gente pode fazer qualquer coisa, qualquer coisa que você faça, a gente gasta tempo, gasta material, então, muita gente não dá valor, esse negócio de enxergar o artesanato aqui no Rio Grande do Norte”.

Ademais, há entrevistados que apresentam leituras diversas da visão geral do artesanato no Nordeste, por vezes ligadas a um hobby e outras como uma profissão. A partir desta segunda, reivindicam por melhores condições ao trabalho. Para a Jeane Valentim, presidente da Associação das Rendeiras de Singeleza e Bordados de Paripueira (ARTECER)-AL:

“As pessoas do Nordeste acham que o artesanato é como um passatempo para o artesão nordestino, mas é o ganha pão. Eles não encaram que a gente faz uma obra de arte com as mãos, que a gente coloca amor e dedicação e o principal, nosso tempo. Saímos de casa e deixamos a família para trabalhar como qualquer outro trabalho e construímos a peça. Às vezes os clientes perguntam ‘quanto é?’ ‘Nossa como é caro’. E existe essa falta de educação da cultura, do artesanato feito à mão, então precisamos quebrar esses paradigmas para valorizar nosso trabalho. Já fiz muitas entrevistas como

essa, mas nunca vi o poder público se manifestar para algo que ele tem de tão grandioso que é o artesanato, eles querem sempre vender imagem do artesão como coitado, simples, pobre e espero que essa entrevista sirva para cadeia produtiva de artesanato, para que nesses locais se tenha centro produtivos de artesanato, se tenha recursos humanos para o artesão trabalhar de carteira assinada”.

A visão do artesanato no Nordeste, assim, é descrita como diferente a depender dos estados e das microregiões. Alguns entrevistados até apontaram que o Nordeste possui estados que valorizam mais o trabalho do artesão e apresentam uma melhor comercialização. Contudo, outros apontaram o Sul como uma região de maior valorização, principalmente, em relação ao artesanato do Nordeste. Solange Rodrigues, da Associação de Tapeceiras de Lagoa do Carro-PE, declara que:

“Aqui no Nordeste a gente ainda não é visto como deveria, acho que a gente ainda é visto ‘a falta de oportunidade que fez a pessoa está ali como artesão’, já na região Sul e na Centro-Oeste, as pessoas já entendem que o artesanato é algo mais palpável que perpassa o sonho [o artesanato é mais evidente, um trabalho de importância]. No Nordeste as pessoas ainda não têm esse reconhecimento e a valorização, muitas pessoas não entendem a importância do artesanato para nosso dia a dia”.

Para além da desvalorização, os representantes das entidades manifestam que as pessoas em geral também observam o artesanato como fonte de renda. Além de uma manifestação da cultura popular local, de uma tradição passada de geração em geração, o artesanato se apresenta como uma alternativa de renda. Nas palavras de Márcia Maria, presidente da Cooperativa de Produção Artesanal do Crutac (COOPERCRUTAC)-RN, o artesanato é visto no Nordeste: *“como uma saída para geração de renda alternativa. Como um processo de trabalho informal, que gera renda a muitas pessoas que vivem da informalidade”.*

6. Mestres artesãos

No que se refere à condição de mestre artesão, nota-se inicialmente uma quantidade significativa de associações, cooperativas e grupos com ausência dos mesmos. Os representantes não reconhecem mestres presentes ou que já tenham recebido título dentro do grupo. Há, por vezes, a menção de reconhecimento de mestres da região, mas poucos ou quase nenhum inseridos nas entidades.

Outros fatores relacionados à existência ou não de mestres artesãos presentes nas entidades também podem ser destacados. Primeiramente, há entidades que não conseguem compreender ou atribuir sentido ao termo “mestre artesão”, não entendem o que significa e questionam o que seria um mestre. A falta de reconhecimento do termo encontra-se presente, principalmente, no estado do Rio

Grande do Norte. A fala da presidente do Grupo de Mulheres de Igapó representa bem este ponto:

“Mestre artesão é o quê? Digita explicando direitinho”.

[Considera-se Mestre aquele artesão que se destacou em seu ofício, que é reconhecido pela comunidade que representa e que se destaca no repasse de conhecimentos da sua atividade, os processos e técnicas do ofício artesanal para as novas gerações].

Após uma explicação do que seria considerado mestre artesão, a entrevistada afirma que pode ser considerada como mestre, uma vez que trabalha com o artesanato há muitos anos. Diz a presidente da associação:

“Ah, pois aqui mestre artesão é eu, porque já faz 30 anos que trabalho com pintura, reciclagem e crochê e há 10 anos trabalho com feltro”.

Outro exemplo, ainda no estado do Rio Grande do Norte, refere-se ao depoimento de Antonia Pedro, presidente da Associação de Mulheres do Conjunto de Santa Catarina. Ela não possui o título de mestre artesão, mas possui o título de professora, uma vez que ensina várias tipologias, não apenas na associação, mas em outras cidades, em todo o estado do Rio Grande do Norte. Em suas palavras:

“Como assim mestre? O grande mestre que tem na associação sou eu, porque eu sou professora de artesanato, já prestei serviço pro SEBRAE, presto serviço para prefeitura, eu já fui até aí para João Pessoa, fazer o trabalho de uma pessoa para renda de Macramê por uma ONG que tem aí ... Eu tenho o título de professora. E eu ensino várias tipologias, não só ensino na associação como ensino em toda a Natal, nas cidades, em todo o estado, todo Rio Grande do Norte, eu trabalho, eu faço, sou professora de artesanato, porque o SENAI, ele contrata a gente para trabalhar só nos interiores das cidades do Rio Grande do Norte”.

Percebe-se, assim, uma incerteza de se reconhecer ou reconhecer outros artesãos como mestre. Os entrevistados questionam com recorrência se o termo mestre se refere a aquele que é instrutor. Como se evidencia nos trechos seguintes.

Jackeline Oliveira, representante da Associação Esperança dos Artesãos de Tutóia e Adjacências, Maranhão:

“No caso, você fala de mestre artesão professor, né? Não, todas que fazem parte da associação, aprenderam na adolescência e não existe exatamente um mestre. A gente tem os cursos, alguns cursos só de qualidade, mas mestre, mestre mesmo artesão, não. Só as artesãs mesmo que aprenderam com os avós, com as mães”.

Maria Margarida, presidente da Cooperativa de Artesanato do Poty Velho, Piauí:

“Não tem nenhum, mestre que você diz é a quando alguém passa o seu saber pra alguém né? Tem não. Porque a pessoa mais assim mais forte que a gente chama de rubi negro da cooperativa é a Raimundinha Teixeira, mas ela já aprendeu a arte com o filho dela. Então mestre pra nós é isso”.

Em diversas falas são indicados como mestres aqueles que ministram cursos, nomeados como instrutores, que repassam o conhecimento dando continuidade à tradição e às técnicas. Logo, há artesãos que se reconhecem como mestres, assim como as associações/cooperativas/grupos os reconhecem, mas que não receberam nenhum título oficial. Nas palavras de Eva Souza, presidente da Cooperativa de Artesãos Lençóis Maranhense (COOPALMAR):

“O que eu entendo de mestre quer dizer uma pessoa mais idosa, que começou desde criança, eu sou uma delas, eu tenho 61 anos, comecei a trabalhar com artesanato tinha 17 anos e tô até hoje e dou aula também de artesanato, já dei aula no Brasil quase todo”.

Nesse sentido, os depoimentos passam a indicar o que entendem por mestres artesãos - aqueles(as) que possuem domínio reconhecido e tempo de trabalho significativo. Ainda de acordo com o depoimento de Maria Nathalia, presidente da Associação da Renda Irlandesa Artes e Talentos Maruim-SE:

“Bem, a única instrutora de renda irlandesa em Maruim sou eu, segundo o seu Eric do IPHAN, ele me considera uma mestra, eu não sei se eu posso dizer que sim, mas ele me considera uma mestra, não sei se isso vale... [Você já recebeu algum título?] Título até aqui não, eu tenho certificado de instrutora, mas o título mesmo eu não tenho”.

Em segundo lugar, há entidades que apontam diretamente a não existência de mestres, outras reconhecem mestres nas cidades e regiões próximas, mas que não fazem parte dos associados. Conforme o depoimento de Sérgio Nascimento, presidente da Associação dos Artesãos de Penedo (ARTPEN)-AL:

“Até o momento não temos nenhum mestre artesão que faça parte da associação, mas na cidade de Penedo temos sim dois mestres, mas nenhum deles estão conosco. Nós temos sim top 10, e temos 2 artesões no top 10 para reconhecimento do SEBRAE, mas mestres nenhum”.

Por último, destaca-se as associações que possuem mestres com títulos. Convém levantar, primeiramente, que o estado da Paraíba, dentre as associações entrevistadas, apresenta-se com uma quantidade relevante de mestres reconhecidos e inseridos nas associações. Um exemplo é a mestra Terezinha Matias, presidente da Associação das Artesãs Rurais de Serra Rajada:

“Eu sou mestra, porque fui eleita em 2019, dois anos atrás, como mestre do labirinto, inclusive fomos homenageadas em Campina Grande na feira do salão de artesanato”.

Outro exemplo trata-se da mestre Dinoélia Trindade, no estado da Bahia, presidente da Associação das

Rendeiras de Dias D'ávila (RENDAVAN). De acordo com seu depoimento:

“Sim, em 2018, o governador Rui Costa nos concedeu o título de mestre aqui na Bahia pra vinte e um artesãos e eu fui uma das contempladas, a primeira artesã a receber também a carteira de mestre pelo PAB e fazemos parte também da ... [Instituição não identificada] ligada a UNESCO”.

Considerações finais

A visão do **artesanato como atividade geradora de renda complementar** mostrou-se mais recorrente entre os depoimentos das lideranças entrevistadas, entretanto, também foi possível identificar entidades que declararam possuir clientela fixa, que garante uma compra mensal ou anual com valores pré-estabelecidos, como uma espécie de encomendas. Outras dependem quase 100% de participação em feiras, principalmente municipais e estaduais, ou de comercialização em lojas da própria associação ou de terceiros, incluindo estabelecimentos que funcionam e são divulgados como “Casa do Artesão” (espaço para exposição e comercialização de peças do artesanato local existente em diversos dos estados do Nordeste). Mesmo que significativa parte das entidades apontem o artesanato como renda complementar, há ainda algumas cujos membros encontram no artesanato fonte de renda principal e conseguem sobreviver apenas do resultado financeiro obtido com seu trabalho artesão.

A partir do conjunto dos depoimentos dos entrevistados sobre **a questão do apoio público**, aponta-se que o artesanato é pouco visto pelos governos. Muitos inclusive acreditam que o artesanato é

marginalizado. As entidades sentem pouco reconhecimento e reivindicam por mais ações que colaborem com o artesão e com a atividade. Além da falta de apoio financeiro para a participação em feiras, alegam a necessidade de uma linha de crédito com juros baixos destinada aos artesãos, direito à aposentadoria, necessidade do repasse do saber artesanal, seja através de cursos ou outros tipos de ações e, para além disso, políticas públicas de alcance efetivo, de reconhecimento direto da realidade do artesão.

Pode-se considerar também algumas ações importantes mencionadas pelos entrevistados que, aos olhos deles, seriam passos essenciais ao reconhecimento do ofício artesão. Dentre elas, inclui-se a criação de novos centros destinados à exibição do artesanato regional, outra ação seria o desenvolvimento de mais políticas públicas, principalmente na área da cultura, voltadas ao repasse do saber artesanal, ou seja, com o objetivo de promover o engajamento dos jovens e das crianças na atividade, diminuindo o desinteresse de muitos deles em seguir trabalhando no artesanato.

No que se refere ao tema **relações institucionais**, é possível observar o Sebrae como uma instituição muito presente nos depoimentos, tido como prestador de assistência e de capacitação, principalmente. Algumas entidades tendem a elogiar o Sebrae como grande parceiro, outras não o enxergam com ações que beneficiem de fato o artesão e o artesanato. Nota-se que a instituição promove algumas parcerias ligadas ao turismo, ao desenvolvimento de coleção de produtos e ao design, mas esse trabalho é realizado com associações selecionadas, seja por editais ou por se enquadrarem no perfil desejado ao objetivo da parceria.

O PAB, por outro lado, não surge nos depoimentos com muitas ações além das relativas às feiras e aos eventos, bem como carteira do artesão e cadastro estadual. Percebe-se que a instituição contribui com as feiras no apoio às associações/cooperativas e grupos, algumas, no entanto, apontam um distanciamento do PAB. Além destas duas instituições, foram citados também outros programas de apoio, como o de Economia Solidária, Artesol (<https://www.artesol.org.br/>), e projetos envolvendo universidades federais, como a UFRN e a UFPE.

O protagonismo feminino no artesanato pode ser associado a diversos aspectos. Algumas mulheres enquanto mães, sem renda, buscam no artesanato uma forma de produzir e obter sustento, principalmente, a partir da constituição das associações, com a comercialização das peças em feiras e com acesso às políticas que as beneficiem. Para além disso, há também o aspecto da tradição, muitas delas transmitem de geração em geração o ofício, com isso, formam-se grupos e são repassadas as técnicas. Observa-se também que projetos externos exerceram forte papel na formação desses grupos, especificamente, por promover o artesanato e reunir mulheres artesãs que até então trabalhavam individualmente ou ainda não tinham recebido incentivos ao seguimento na atividade.

Quando falam sobre **a (des)valorização do ofício na região**, os entrevistados declaram sentir que a desvalorização do artesanato se deve em parte a falta de apoio, principalmente, dos governos, e indicam a necessidade de divulgação dos seus trabalhos e de desenvolvimento maior do turismo. Outros

aspectos que também merecem destaque são as diferenças entre tipologias. Há aquelas que possuem maior valorização na região quando comparadas com outras. Isso pode ser relacionado ao fato de que outros estados trabalham com a mesma tipologia e, por vezes, comercializam em um valor menor. Logo, há tipologias com maior ou menor “aceitação” ou penetração no mercado consumidor. Neste tema também foram registradas, em bem menor recorrência, visões contrárias. Alguns demonstraram perceber o artesanato como bem valorizado, como uma tradição, uma arte muito forte no Nordeste que está ganhando cada vez mais visibilidade no país como um todo. Em termos gerais, mesmo diante das dificuldades relatadas, parte dos representantes descrevem a satisfação de trabalhar com o artesanato e expressam seu vínculo afetivo com o fazer artesanal.

Por fim, no que tange o tema **mestres artesãos**, as lideranças das entidades coletivas têm dificuldade de definir o que entendem como significado da expressão e apresentam uma ausência de artesãos reconhecidos efetivamente nos seus grupos. Nesse quadro, é notório um maior reconhecimento de artesãos como mestres legitimados pela comunidade ou associação, mas que não receberam título. Ainda assim, é expressiva a quantidade de associações e cooperativas que não indicaram a presença de ao menos um mestre artesão em seu quadro.

**ANEXO ÚNICO: LISTA DAS ASSOCIAÇÕES, GRUPOS E COOPERATIVAS
ENTREVISTADAS POR ESTADO**

Maranhão

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Associação Buriti Arte	Sandra Regina
COOPALMAR - Cooperativa de Artesãos dos Lençóis Maranhenses	Eva Souza Chaves
Associação dos Artesãos e Artistas Plásticos de Açailândia	Rosalva Elias de Macedo
Associação Esperança dos Artesãos de Tutóia e Adjacências	Jakeline Oliveira
UNIFIBRA - Associação de Artesãos Unidos pela Fibra	Angélica Maria Barros Pereira

Piauí

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Associação das Rendeiras dos Morros da Mariana	Clarisse Carvalho dos Santos
Projeto Bordados da Caatinga	Ana Paula
CAMEDE - Cooperativa de Artesanato Mestre Dezinho	Santana Maria Oliveira
Cooperativa de Artesanato do Poty Velho	Maria Margarida dos Santos Silva

Ceará

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Grupo Mulheres Artesãs Arte Palha	Maria Zuleide Baltazar da Silva
Associação Comunitária das Mulheres Artesãs	Raimundo Nonato Lima Batista
ACMC - Associação Comunitária das Mulheres de Curralinho	Paulene Maria dos Santos Rocha
Associação Comunitária de Mocotó	Maria Miguel de Oliveira
ARTFIO - Associação de Artesãos de Curral Grande	Maria da Conceição Juvêncio Sousa
Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte	Cícero Caetano Rodrigues

ASSIDES - Associação de Integração, Desenvolvimento social sustentável	José Marcílio dos A. Feitosa
GENIPOART – Associação do Grupo de Artesãos de Palha	Célia Maria Freitas Felintro
IARTE - Associação dos Artesãos do Sítio Ipueiras, Curral Novo e Córrego das Pedras	Marina Alves Rodrigues
APROARTI - Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó	Maria Soares Cândido Freire
Grão de Cor	Maria Maviniê de Oliveira Mota
Grupo de Rendeiras de Santana Do Cariri	Maria Luiza Lacerda Homem
ACART - Olê Rendeiras	Maria Ivone Moreira Braga Jorge

Rio Grande do Norte

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Coopercrutac - Cooperativa de Produção Artesanal do Crutac	Marcia Maria de Oliveira
COMART - Cooperativa de Mãos Artesanais de Timbaúba dos Batistas	Valdineide Dantas dos Santos
COASE - Cooperativa de Produção Artesanal do Seridó	Alani Fabiola Cavalcanti
Associação Rendeiras da Vila	Maria Helena Correia dos Prazeres
COBARTS - Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó	Arlete Silva Andrade
ARTMAR - Associação dos Artesãos de Massaranduba	Jeane Ferreira
Timbaúba dos Bordados	Alcilene Medeiros da Conceição
Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas	Jocileide Wanderley Gomes de Lima
CRACAS -Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó	Iracema Nogueira Batista
Associação de idosos Julieta Barros	Marlene Santana de Oliveira
Associação Rede de Sonhos	Maria Dantas Melo
ABCN - Associação das Bordadeiras de Currais Novos	Francisca Lima

Associação de Artesanato Curraisnovense (AAC)	Maria de Lourdes da Silva Araújo
AACC - Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos	Francineide Cabral Lima Cirilo
ACAP - Associação Comunitária de Artesãos do Planalto	Lidiane Silva Souza
Grupo de Mulheres de Igapó	Ana Lúcia Soares
Associação Mãos Que Criam	Maria Dionizia Gomes do Nascimento
AMCA - Associação de Mulheres contribuindo com a Arte	Geisa Silva de Souza
ASMR - Associação Solidária Maria Rita	Ivone Silva Souza
Associação de mulheres do Conjunto Santa Catarina	Antonia Pedro da Silva
GRUDAC - Grupo de Desenvolvimento e Assistência Comunitária	Suely Benigno

Paraíba

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Cooperativa Mista Agro-Artesanal de Juarez Távora - Crivo de Távora	Maria de Lourdes
Associação das Artesãs Rurais de Serra Rajada	Terezinha Matias Cristóvão
APAZ - Associação das Produtoras de Artes de Zabelê	Maria Aparecida Silva Sousa
Associação de Artesãs Sereias da Penha	Joseane Izidro
ADART - Associação do Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro	Angelica Gomes
ARTEB - Associação dos Artesãos da Rainha de Borborema	Carleza Rodrigues de Souza
RENASCI - Associação dos Artesãos de Monteiro	Marlene Leopoldino Vital
ASSOARTI - Associação dos Artesãos de São João do Tigre	Fátima Suellene Cavalcante de Oliveira
Associação Farol de Cabedelo	Joselma Alves
Crocheteiras do Lajedo do Marinho	Maria Suelene de Oliveira

Galpão das Louceiras do Talhado	Gleide Ferreira
---------------------------------	-----------------

Pernambuco

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Grupo Mulheres de Renda	Bezerra da Silva Costa
Artesanato Cana Brava	Maria Adélia
Quilombolas de São Lourenço-Goiana	Cecília Gouveia
Grupo Flor do Barro	Maria Margarida da Silva
Associação de Tapeçarias Lagoa do Carro	Solange Rodrigues da Silva Melo
Associação Cultural dos Mamulengueiros e Artesãos Glória do Goitá	Pablo Dantas

Alagoas

Entidades	Nome do entrevistado(a)
AMAQUI- Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas da Serra das Viúvas	Maria Helena de Araújo
AMUR- Associação das Artesãs de Marechal Deodoro	Maria Wbiranilda da Silva de Albuquerque
ARTECER - Associação das Rendeiras de Singeleza e Bordados de Paripueira	Jeane Valentim
ARTPEN - Associação dos Artesãos de Penedo	Sérgio Nascimento
Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Atalaia-fibra Chã Arte e Design	Amara Lucia Oliveira
Companhia de Bordados de Entremontes	Roseane Oliveira Lisboa
Grupo Produtivo de Belas Artes	Laudinete Maria dos Santos
Associação das Artesãs - Pontal de Coruripe	Erica Gomes dos santos

Sergipe

Entidades	Nome do entrevistado(a)
Associação da Renda Irlandesa Artes e Talentos Maruim	Maria Nathalia Menezes dos Santos
Associação da Cultura Artesanal de Poço Verde	Renilda Maria dos Santos
Associação dos Artesãos de Frei Paulo	Ana Dilma
Associação Artesanal Formiguinhas em Ação	Lígia de Oliveira

Bahia

Entidades	Nome do entrevistado(a)
ADABA - Associação dos Artesãos da Bahia	João Antonio Duraes da Silva
Jóias do Quilombo	Daniela Lacerda Conceição
RENDAVAN - Associação das Rendeiras de Dias D'ávila	Dinoélia Trindade
Associação União de Mulheres de Monte Alegre	Luzinete Ferreira de Oliveira

